

ATA NÚMERO 183/XII (3.ª)

Ao primeiro dia do mês de julho de 2014, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

—

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, cumprimentou os presentes e agradeceu a presença do Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro, e do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, e explicou a metodologia dos trabalhos a ser seguida na audição.

Informou, igualmente, que a audição se iniciaria com uma exposição do Senhor Ministro, por um período de 10 minutos.

Tomando a palavra, o Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, após ter cumprimentado os Senhores Deputados, disse que, embora tendo sido amplamente discutido no âmbito da comissão parlamentar o tema do serviço público de rádio e televisão, iria novamente ser abordado na presente reunião.

Apesar de estar já concluída, do ponto de vista legislativo, a reforma profunda e estrutural da RTP, bem como o seu modelo de governo, de financiamento e o contrato de concessão do serviço público, referiu que gostaria de centrar a sua intervenção inicial noutros temas que, no seu entender, são de grande relevância para a comunicação social e para os desafios que esta enfrenta.

Nessa conformidade, referiu estar a indústria dos *media* num processo de mudança, com novas formas de criação e de distribuição de conteúdos e novos modelos de negócio a serem desenvolvidos em todo o setor, adiantando estar posta em causa a viabilidade financeira dos

modelos tradicionais, registando-se a migração da publicidade para a internet, determinando uma igual migração da imprensa escrita para esse meio.

Concluindo, disse que, mesmo que as novas plataformas venham a promover modelos de negócio sustentáveis, as grandes alterações das condições atuais de financiamento implicam que o negócio dos *media* atravesse uma fase de grande instabilidade, o que poderá pôr em risco a qualidade de produção jornalística e comprometer as condições de exercício do jornalismo. Mais adiantou que se, por um lado, assistimos a uma multiplicação exponencial de emissores de informação, por outro, estudos mais recentes indicam que também se estão a verificar processos de concentração.

Neste contexto, salientou que a comunicação social regional e local tem tido ainda mais dificuldade na adaptação às novas realidades e informou que, atendendo a esta preocupação, o Governo irá em breve realizar mais uma reforma de grande importância, a do regime de incentivos à comunicação social, em especial, embora não exclusivamente, à comunicação social regional e local, informando estar aberto a propostas e contributos, nesta matéria, de cada um dos grupos parlamentares.

Continuando, afirmou que não tem havido em Portugal uma política pública para a comunicação social regional e local e, sendo convicção do Governo que não há verdadeiro desenvolvimento e coesão territorial sem opiniões públicas fortes e informadas, esta é uma lacuna que urge preencher.

Adiantou ainda que, face à inoperância do atual regime de incentivos à comunicação social regional e local, classificando-o como estático, limitado e obsoleto, o Governo irá em breve aprovar um novo regime de incentivos que vá ao encontro das reais e específicas necessidades do setor, regime esse que deverá também colocar as políticas de qualificação e apoio à comunicação social no centro de outras políticas de qualificação, competitividade, inovação e capital humano.

Assim, as empresas de *media* passarão a ser olhadas pelo Estado nos mesmos moldes das restantes empresas ao nível dos apoios à competitividade, à internacionalização e à requalificação e formação profissional, já que constituem um instrumento de promoção da língua portuguesa e, ao mesmo tempo, um indicador relevante da coesão territorial.

Mais acrescentou que serão criadas seis tipologias de incentivos que deverão dar resposta aos maiores desafios da comunicação social regional e local: emprego e formação profissional, modernização tecnológica, desenvolvimento digital, apoio à qualificação do jornalismo, particularmente nas dimensões do jornalismo de investigação e de aprofundamento, desenvolvimento de parcerias e promoção da literacia.

Informou, ainda, que pela primeira vez as empresas de comunicação social, e não apenas as regionais e locais, poderão aceder ao quadro financeiro plurianual dos fundos europeus, «Portugal 2020», ficando sujeitas às mesmas regras aplicáveis às empresas dos restantes setores, sem prejuízo de, em simultâneo, recorrerem ao regime de incentivos com base em fundos nacionais.

Por último, referiu que as atribuições destes incentivos se irão pautar por regras de transparência muito exigentes, salvaguardando-se e potenciando-se ao máximo a independência da comunicação social, sem a qual fica comprometida a sua função em democracia.

O Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional prosseguiu a sua intervenção manifestando que partilha, no essencial, as preocupações subjacentes ao recente projeto de lei da iniciativa do Grupo Parlamentar do PS que baixou à Comissão, o qual «Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social». Adiantou, ainda, que esta iniciativa legislativa se harmoniza com a visão fundamental do Governo, de conjunto e abrangente, quanto à necessidade de reforçar a transparência, a liberdade e a independência de todos os meios de comunicação social, face aos poderes políticos e económicos. Ainda sobre esta iniciativa legislativa, concluiu que se poderia ter ido mais longe, devendo procurar assegurar não só a transparência da propriedade como também a transparência quanto aos meios de financiamento e, genericamente, quanto à origem dos fluxos financeiros que têm como destino as entidades que prosseguem atividades de comunicação social. Por último, disse que teria apreciado que a preocupação global manifestada pelo Grupo Parlamentar do PS o tivesse levado a apoiar as iniciativas do Governo que se destinaram a reforçar a transparência e a independência na RTP, quer quanto ao modelo de financiamento quer quanto ao modelo de governação.

Quanto ao novo contrato de concessão do serviço público de rádio e de televisão, o Senhor Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional afirmou que o Governo visou reforçar os mecanismos que promovem a transparência e a independência do serviço público de rádio e

televisão, através do mecanismo de financiamento, concentrado na Contribuição para o Audiovisual, estável e transparente, e com as alterações ao modelo de governação da empresa, designadamente com a criação do conselho geral independente, que terá como atribuições escolher e fiscalizar as futuras administrações da RTP, até agora prerrogativa do Governo.

Por último, afirmou que, com este novo contrato de concessão, foram pelo Governo identificadas as prioridades estratégicas para o serviço público de rádio e televisão, definindo-se claramente a sua vocação de regulador de qualidade do mercado audiovisual, promotor da produção audiovisual independente e divulgador e difusor económico e cultural de Portugal no mundo, missões que justificam a sua existência, e à luz das quais deve ser avaliado.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Carla Cruz (PCP) Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Mónica Ferro (PSD), que colocaram várias questões, tendo o Senhor Ministro respondido individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das suas intervenções.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) referiu ver com bons olhos o facto de o Senhor Ministro partilhar as preocupações plasmadas no projeto de lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS acerca da transparência e independência dos órgãos de comunicação social, salientando, porém, ter dúvidas em relação à bondade das medidas que integram o novo contrato de concessão e à criação do Conselho Geral Independente e que estas possam vir a acrescentar transparência e independência à RTP; salientou que, apesar da relevância das questões suscitadas sobre a comunicação regional e local, se trata apenas de uma nota de intenções, pelo que a discussão deverá centrar-se no contrato de concessão, matéria essa, sim, concreta que importa discutir e analisar.

Chamou, também, a atenção para o facto de se abordarem os assuntos unicamente numa ótica de negócio, deixando de lado o pluralismo, a isenção, a proteção dos direitos fundamentais e demais matérias, que são as que podem colocar o jornalismo profissional em risco; referiu-se também ao contrato de concessão e à diferenciação da programação da RTP, à falta de obrigações específicas da RTP2 e à ausência de uma avaliação global sobre esta matéria, à competência para a gestão dos meios, à entidade que irá redigir o código de ética da RTP e que o fiscalizará; referiu, ainda, que a TDT continua com os mesmos canais que existiam antes; chamou, por último, a atenção para a redução do financiamento do cinema e do audiovisual.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) solicitou ao Senhor Ministro um comentário à concentração dos meios de comunicação social e aos dados de 2012 divulgados pela ERC, que indicam que 73% dos ativos e 69% do volume de negócios das empresas de comunicação social são detidos por dois grupos económicos; pediu, ainda, para o Senhor Ministro se manifestar relativamente à empresa Controlinveste, SA, que, por via do despedimento coletivo, lançou no desemprego 140 trabalhadores, 64 dos quais jornalistas, informando que, para o PCP, a precarização das relações laborais no setor da comunicação social tem impacto na qualidade do jornalismo, no pluralismo e na independência e à precarização das relações laborais.

A respeito da coesão territorial, referiu-se ao aumento significativo da concentração no setor das rádios locais, que têm vindo a ser adquiridas por grandes grupos económicos, deixando as rádios de ser generalistas e passando a temáticas; quanto aos novos incentivos, perguntou como se irão concretizar e como será feita a discriminação positiva dos territórios mais desfavorecidos; afirmou igualmente que, para o PCP, este contrato de concessão não veio contribuir para a transparência e independência, mas, antes, confirmar os serviços mínimos de rádio e de televisão, com uma subalternização da primeira em relação à segunda; mais criticou não estar salvaguardada a permanência das delegações regionais, assistindo-se a um desinvestimento nesta área.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) referiu que o Senhor Ministro fez bem em iniciar a sua exposição reconhecendo a mais que evidente crise do setor da comunicação social; quanto à transparência de que falou, lembrou a iniciativa legislativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE e a sua rejeição pelos partidos que sustentam o Governo; que o BE tem um entendimento diferente quanto ao modelo de negócio, na medida em que a qualidade da informação deve ser entendida como um bem público, estruturante da democracia e que se a comunicação social está em perigo, então isso significa que é a própria democracia que também corre perigo; por outro lado, solicitou esclarecimentos sobre os apoios ao jornalismo de investigação e acerca do jornalismo de maior qualidade e perguntou até onde o Governo está disposto a ir no que respeita ao financiamento de um serviço público de qualidade e o que são «outras formas de financiamento»; para terminar, referiu-se à fiscalização do contrato de concessão e à intrusão do Ministério das Finanças no serviço público de rádio e televisão.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) começou por sublinhar que a qualidade e a precarização da profissão de jornalista constituem também uma preocupação do CDS-PP, que

defende que a respetiva valorização e especificidade da profissão do jornalista são determinantes para a formação da consciência cívica e política, para a liberdade e para a democracia; disse ser seu entendimento que o serviço público de rádio e televisão só faz sentido quando está em sintonia com os portugueses que o financiam e pagam, registando o seu agrado a respeito das medidas de gestão da administração da RTP em matéria de contenção de salários; disse, ainda, que o CDS-PP defende uma contribuição para o audiovisual transparente numa base plurianual, ficando cada um a conhecer com quanto contribui para o operador público de rádio e de televisão; por último, congratulou-se com a flexibilidade revelada, a qual permite a manutenção, a valorização e a especialização do Centro de Produção do Norte.

A Senhora Deputada Mónica Ferro (PSD) iniciou a sua intervenção com algumas reflexões relativas aos atos preparatórios da legislação aprovada na Comissão; disse estranhar algumas intervenções, sobretudo as produzidas em matéria de transparência, independência e isenção, quando o âmago da reforma ora produzida teve por base o novo modelo de financiamento e o novo modelo de governação, que visam precisamente aumentar a transparência e a independência da radiotelevisão portuguesa — isto além do conselho geral independente e da inclusão, no Conselho de Opinião, de representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas.

Solicitou ao Senhor Ministro que indicasse quais os grandes vetores de mudança estratégica deste contrato de concessão, bem como as linhas respeitantes à redefinição do papel da RTP Internacional; disse também que o Grupo Parlamentar do PSD estava disponível para trabalhar a matéria da transparência, de preferência com um consenso pluripartidário e o mais abrangente possível.

Por último, e no que respeita à comunicação regional e local, informou que os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP iriam apresentar em breve um projeto de lei centrado numa avaliação do papel dos organismos de comunicação social locais e regionais.

O Senhor Ministro respondeu individualmente aos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções.

Na segunda ronda intervieram os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Paulo Almeida (CDS-PP), Maria da Conceição Caldeira (PSD), a que o Senhor Ministro respondeu em bloco.

Foram abordadas muitas das questões anteriormente colocadas, designadamente as respeitantes ao modelo da TDT, ao financiamento da RTP, à utilidade do conselho geral independente, à produção cinematográfica, às rescisões na RTP, às delegações da RDP, à concentração das empresas de comunicação social, aos serviços regionais da Madeira e dos Açores, aos correspondentes da LUSA e à RTP2.

Na terceira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Jacinto Serrão (PS), Inês de Medeiros (PS), Carla Cruz (PCP), Cecília Honório (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP), Lídia Bulcão (PSD) e André Pardal (PSD), tendo o Senhor Ministro respondido globalmente às questões colocadas e o Senhor Secretário de Estado Adjunto, Pedro Lomba, complementado essa resposta.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) fez uma interpelação à Mesa, na medida em que o Senhor Presidente solicitou-lhe, por duas vezes, moderação nas suas intervenções. Disse que o direito à indignação era um direito fundamental e, nesse sentido, solicitou que ficasse registada em ata o seu protesto sobre uma série de afirmações absolutamente falaciosas feitas pelo Senhor Ministro, que não correspondiam aos textos e que não foram votadas no Parlamento, afirmações essas que traduziam uma forma de fugir às perguntas concretas feitas durante a audição, nomeadamente no que concerne à independência editorial que, ao contrário do que afirmou, não foi reforçada mas, sim diminuída, tendo também sido diminuídos os apoios ao audiovisual.

Para terminar, acrescentou que o Senhor Presidente deveria também velar para que as afirmações feitas correspondessem à verdade dos textos.

O Senhor Presidente interveio recusando as insinuações da Senhora Deputada, sublinhando estar de consciência tranquila quanto ao cumprimento das suas obrigações. Disse que o pedido de interpelação à Mesa foi utilizado pela Senhora Deputada para acusar o Senhor Ministro, pelo que também lhe assistia o direito de defesa da honra.

A audiência foi transmitida em direto pelo Canal Parlamento e integralmente gravada em suporte vídeo, encontrando-se disponível em http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL3/02_com/12_cpecc/20140701cpecc.wmv, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 14 horas e 25 minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 1 de julho de 2014

http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140701_1.mp3

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Mendes Bota)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa

André Pardal
Carla Cruz
Cecília Honório
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
João Portugal
Lídia Bulcão
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Mónica Ferro
Paula Gonçalves
Paulo Almeida
Pedro Delgado Alves
Raúl de Almeida
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
Filipe Neto Brandão
João Lobo
Pedro Morais Soares
Teresa Costa Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
Rosa Arezes

A presente ata foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 31/07/2014.